

municipal (CNAE 4929-9/01), Transporte rodoviário de produtos perigosos (CNAE 4930-2/03).

#### CLÁUSULA QUARTA – RESPONSABILIDADE

A responsabilidade da sócia é limitada ao valor de suas quotas, nos termos do artigo 1.052 do Código Civil.

#### CLÁUSULA QUINTA – DURAÇÃO DA SOCIEDADE

O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

#### CLÁUSULA SEXTA – CESSÃO DE QUOTAS

- I. As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos demais sócios, aos quais fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para sua aquisição, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.
- II. Para que se possa exercer o referido direito de preferência, o sócio que desejar ceder ou transferir suas quotas, no todo ou em parte, deverá comunicar por escrito aos demais sócios, para que estes se manifestem em até 60 (sessenta) dias.
- III. Decorrido esse prazo sem que a preferência haja sido exercida, poderá o sócio vender as quotas liberadas a terceiros no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, desde que sejam negociadas, no mínimo, pelo mesmo preço, condições e quantidade que foram oferecidas, ressaltando que o preço deve ser atualizado pelo mesmo índice utilizado na atualização dos balanços da sociedade. Caso não tenha êxito na venda das quotas no prazo estipulado, obriga-se o cedente a oferecê-las novamente aos demais quotistas, observando os preceitos estabelecidos neste Artigo.
- IV. Havendo manifestação por mais de um sócio para o exercício do direito de preferência, a cessão se resolverá proporcionalmente aos sócios que exercerem o direito de preferência.
- V. Os sócios não poderão oferecer suas quotas em garantia ou dá-las em penhor, em negócios realizados com terceiros.

Roseane Caldera Rosa  
Matrícula 100721

Jonatã Pinheiro Chaves  
Matrícula 206 870



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: A C EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA

Nome Novo: AC GESTAO, PLANEJAMENTO E SERVICOS LTDA

NIRE: 336.0004199-6 Protocolo: 2024/00602923-3 Data do protocolo: 18/07/2024

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/07/2024 SOB O NÚMERO 00006351368 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 122784850CE425CAC060C60963FAA4538F6A532BC29F883EF1F20C6677113527

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 09/15

## CLÁUSULA SÉTIMA – ADMINISTRAÇÃO E USO DO NOME EMPRESARIAL

- I. A administração da sociedade será exercida pela sócia ANA CARLA PEIXOTO GOMES, já qualificado acima, para representá-la ativa e passivamente e fazer o uso de sua denominação social.
- II. A sociedade poderá ser representada pelo administrador acima citado ou pelo procurador nomeado, isoladamente, nas seguintes hipóteses:
  - a) perante qualquer foro ou tribunal, como Autora ou Ré;
  - b) perante as repartições públicas federais, estaduais, municipais ou autárquicas;
  - c) perante as Sociedades das quais é ou venha a ser acionista ou quotista;
- III. A Sociedade será representada, nos demais casos, por meio da assinatura do administrador, especialmente para a alienação de bens de sua propriedade.
- IV. O(s) Administrador(es) Sócios poderão ser eleitos no contrato social ou em ato separado. Os sócios poderão ainda, em qualquer momento, contratar administradores desvinculados do quadro societário, bastando, tão somente, que tal decisão seja deliberada e aprovada pelos sócios representantes de dois terços do capital social, caso este esteja integralizado, e, pela unanimidade dos sócios, se o capital não estiver integralizado, podendo o Administrador não Sócio ser eleito, nesses casos, em reunião própria ou no próprio contrato social. A opção de contratação de administrador não-sócio não revoga ou reduz as atribuições administrativas conferidas aos sócios por este contrato social, bem como as suas disposições.
- V. Ressalvados os casos expressamente autorizados pela unanimidade dos sócios, é expressamente vedado aos administradores da sociedade o uso da denominação social em negócios estranhos ao objeto social, bem como a prática de atos gratuitos ou de mero favor tais como fianças, avais e estipulações em favor de terceiros.
- VI. A administração da sociedade engloba a sua representação judicial ou extrajudicialmente, bem como perante as instituições financeiras e bancárias, fornecedores e clientes em geral, autarquias e demais repartições públicas federais, municipais e estaduais, enfim, em todas as relações junto a terceiros.
- VII. A sociedade poderá, por meio da assinatura do sócio administrador ou do procurador, indicados no item 7.1, constituir procuradores, mediante

Roseane Caldeira Rosa  
Matrícula 100721

*[Assinatura]*

Jonathan Chaves  
Matrícula 1000077





instrumento público ou particular de mandato pelo prazo a ser definido nos respectivos instrumentos. Em todos os casos, as procurações deverão conter especificação dos poderes outorgados, sendo vedado o substabelecimento. No caso de procurações outorgadas a advogados, contadores e escritórios de contabilidade, para defesa dos interesses da sociedade, a procuração não precisará ter prazo definido e será permitido o substabelecimento dos poderes.

#### CLÁUSULA OITAVA – EXERCÍCIO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS

- I. O exercício social da sociedade é anual, coincidindo com o ano civil. Ao término do exercício social, em 31 de dezembro, deverão os administradores prestar contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.
- II. Os resultados apurados serão submetidos à reunião de sócios, que poderão determinar a participação dos sócios em eventuais lucros ou prejuízos. Os lucros poderão ser transferidos para reservas destinadas a posterior aumento de capital, também segundo determinação dos sócios em reunião.
- III. Os sócios poderão, ainda, deliberar sobre o levantamento de balanços intermediários para fins de distribuição de resultados em períodos distintos do exercício social.
- IV. Desde que haja consentimento de todos os sócios ou previsão expressa em acordo de quotistas, os lucros apurados, seja no exercício social ou nos balanços intermediários, poderão ser distribuídos de forma desproporcional à participação de cada sócio no capital social.

#### CLÁUSULA NONA – REUNIÃO DE SÓCIOS

- I. As deliberações que dizem respeito à sociedade serão tomadas em reunião dos sócios, presididas e secretariadas pelo sócio escolhido entre os presentes, que, por sua vez, se comprometerá a lavrar uma ata de reunião e levá-la, no prazo de 20 (vinte) dias, ao registro em órgão competente. Até trinta dias antes da data marcada para a reunião, os documentos devem ser postos, por escrito, e com a prova do respectivo recebimento, à disposição dos sócios que não exerçam a administração.
- II. A reunião dos sócios ocorrerá, nos termos previstos em lei, ordinariamente, nos quatro primeiros meses depois de findo o exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem o

*Roseane Caldera Rosa*  
Matrícula 100721

*Jonathan Pinheiro Chaves*  
MATRÍCULA 206.870

*[Assinatura]*

**JUCERJA**  
assinado digitalmente

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: A C EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA

Nome Novo: AC GESTAO, PLANEJAMENTO E SERVICOS LTDA

NIRE: 336.0004199-6 Protocolo: 2024/00602923-3 Data do protocolo: 18/07/2024

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/07/2024 SOB O NÚMERO 00006351368 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 122784850CE425CAC060C60963FAA4538F6A532BC29F883EF1F20C6677113527

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

pronunciamento dos sócios. Qualquer um dos sócios e/ou administradores poderá promover, de maneira isolada, a convocação de reunião extraordinária, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, visando à proteção dos interesses sociais da sociedade.

- III. Dispensa-se as formalidades de convocação, nos termos do parágrafo segundo do artigo 1.072 do Código Civil de 2002, quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.
- IV. A reunião dos sócios instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital social e em seguida com qualquer número.
- V. Nas reuniões, um sócio poderá ser representado por outro sócio, ou por procurador devidamente constituído para este fim específico. A representação a que se refere este parágrafo dependerá, necessariamente, de instrumento de mandato assinado pelo representado com firma reconhecida em cartório.
- VI. Serão dispensadas as reuniões de sócios quando todos estes decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto delas, conforme disposto no parágrafo terceiro do artigo 1.072 do Código Civil de 2002.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – ABERTURA DE FILIAIS

A sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RETIRADA PRÓ-LABORE

A título de pró-labore e a débito da conta “DESPESAS ADMINISTRATIVAS” ou equivalente, os sócios-administradores anteriormente qualificados poderão fixar uma retirada mensal, sendo que sua forma e valor pecuniário deverão ser deliberados em reunião própria e exclusiva. A remuneração do administrador não-sócio também deverá ser objeto de deliberação pelos sócios na reunião a que se refere esta cláusula.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

- I. A sociedade será liquidada pela vontade dos sócios ou nos casos previstos em lei. A morte, incapacidade, insolvência, exclusão, dissidência ou retirada de qualquer sócio não implicará em dissolução da sociedade, a menos que o sócio remanescente e possíveis herdeiros e sucessores assim o deliberem.

*Roseane Caldeira Rosa*  
Matrícula 10072

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*  
Matrícula 206.870





- ## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SUCESSÃO

- #### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – EXCLUSÃO DE SÓCIO

- ## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – NORMAS CONTRATUAIS OMISSAS

Roseane Caldeira Rêgo  
Matrícula 140721

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Os administradores sócios ou não sócios eleitos declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, nos termos do artigo 1.011, §1º do Código Civil.

## CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – ACORDO DE QUOTISTAS

Os sócios celebraram um Acordo de Sócios, o qual permanecerá arquivado na sede da Sociedade, de acordo com e para os fins do artigo 118 da Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações).

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Cabo Frio/RJ para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, assim ajustadas, assina o presente instrumento em 1 (uma) via, de igual teor e forma.

Cabo Frio/RJ, 10 de julho de 2024.

\_\_\_\_\_  
ANA CARLA PEIXOTO GOMES

Roseane Chadeia Rosa  
Matrícula 100721

Jonathan Ribeiro Chaves  
Matrícula 206.870

